

MOEDAS SOCIAIS: ESTUDO DE CASO SOBRE O “PILA VERDE” NO MUNICÍPIO DE SANTIAGO-RS

KELLEN DA SILVEIRA FREITAS¹; MILENA DE OLIVEIRA SOARES²; GUILHERME
DELLA GIUSTINA³; EDUARDO ANIBELE STRECK⁴; RAFAELA VENDRUSCOLO⁵

¹Instituto Federal Farroupilha – kellysilveirafreitas@gmail.com

²Instituto Federal Farroupilha– milenadeoliveiras123@gmail.com

³Instituto Federal Farroupilha– guilhermegiustina@gmail.com

⁴Instituto Federal Farroupilha– eduardo.streck@iffarroupilha.edu.br

⁵Instituto Federal Farroupilha– rafaella.vendruscolo@iffarroupilha.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A economia solidária tem sido amplamente discutida no Brasil, e vem ganhando espaço nos mais diversos locais (COSTA et al., 2017). Este modelo econômico tão difundido, foi descrito pelo Secretaria de Trabalho do Governo Federal (2016), como estratégia de dinamização socioeconômica no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial sustentável, promovendo a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente.

Atualmente a economia solidária vem sendo contemplada com políticas públicas fomentadas pelas governanças municipais, estaduais, e eventualmente também do governo federal (SINGER, 2010). O sistema de finanças sociais traz como políticas públicas diversas ações como: o cooperativismo de crédito; organizações de microcrédito e microfinanças; bancos comunitários; fundos solidários; moedas sociais; bancos alternativos e sociedades de garantia.

A moeda social vem sendo muito utilizada como forma de estímulo para a superação da pobreza e desenvolvimento de empreendimentos. Conhecida também como circulantes locais ou moedas complementares, são compreendidas como uma alternativa para realização de trocas e bens (OLIVEIRA et al., 2018).

A implementação desta política monetária tem sido utilizada em pequenas comunidades em diversas regiões do Brasil. Nos últimos anos, há relatos de casos de sucesso em muitos municípios brasileiros.

No Rio Grande do Sul, na cidade de Santiago, situada na região Centro-Oeste do estado, foi instaurado pela Câmara de vereadores de Santiago - RS o projeto de cunho socioambiental “Pila Verde”. Segundo o Projeto de Lei nº 020/2020, o projeto tem como objetivo realizar a troca do resíduo orgânico por uma moeda denominada “Pila Verde”, que posteriormente poderá ser trocada nas feiras dos produtores e Horto Florestal Municipal. Inicialmente apenas dois bairros eram atendidos pelo programa, Lulu Genro e Vila Rica. Hoje o projeto expandiu-se e atende os bairros Vila Nova, Centro, Alto da Boa Vista, Gaspar Dutra e São Jorge.

Os produtores e feirantes através desta política, são beneficiados de várias formas, não somente com as bonificações, mas com o estímulo para a compra de seus produtos. A política estimula a visitação das feiras promovendo o maior consumo dos produtos comercializados, conectando o consumidor ao produtor. Em vista disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar o uso da moeda social “Pila Verde” e seus impactos na vida dos munícipes de Santiago-RS.

2. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado segundo os preceitos da pesquisa descritiva. A pesquisa avaliava caracteres qualitativos e quantitativos do objeto do projeto, caracterizando-se como um estudo de caso. A realização do trabalho se deu de forma remota, para garantir a segurança dos entrevistados e entrevistadores, seguindo as recomendações para enfrentamento da pandemia de Coronavírus.

A metodologia baseou-se na aplicação de um questionário aos habitantes do município, por ser uma técnica que tem como vantagem, dentre outras, rapidez, maior alcance geográfico e em número de pessoas, reduzido custo com profissionais para coleta de dados, liberdade nas respostas e respostas uniformes (Zanella, 2013).

A abordagem realizada através da execução de um questionário, o método aplicado voltava-se para os munícipes, para a compreensão de como está a participação dos residentes do município, bem como como eles avaliam aspectos relacionados ao programa. O questionário ficou disponível do dia 29 de abril a 5 de maio de 2021. A veiculação do questionário foi dada através de mídias sociais como Whatsapp e Facebook, onde a publicação convidava os residentes da cidade de Santiago-RS a participarem.

O questionário continha o termo de confidencialidade e consentimento, sendo que antes de responderem às demais perguntas os participantes deveriam expor sua decisão de consentimento. Sendo que, 100% dos entrevistados concordaram com a participação da pesquisa. As perguntas apresentadas continham em sua maioria respostas fechadas, totalizando 12 perguntas aplicadas. Os bairros iniciais do projeto (Lulu genro e Vila Rica), foram uma opção separada das demais, a fim de quantificar a participação destes bairros que antecederam os demais. A amostra de 23 participantes foi selecionada através da acessibilidade, sendo considerada apenas a disponibilidade para a realização das perguntas.

O questionário delimitou-se a apenas a cidade de Santiago-RS, visto que o programa pertence a mesma que é o objeto de estudo do presente trabalho. Os dados coletados foram submetidos a análise descritiva dos fatos e temas abordados.

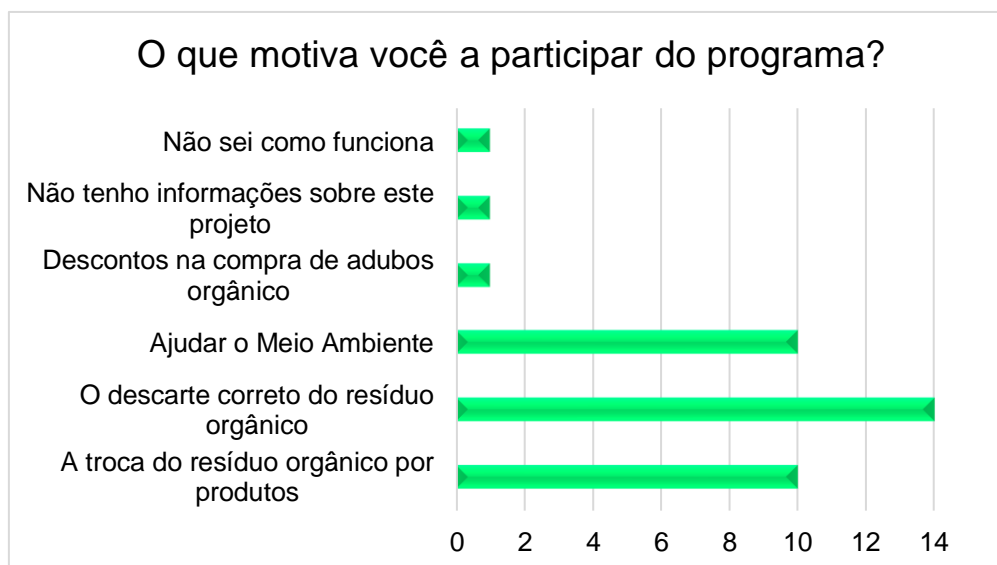
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os participantes possuíam em maioria idade de 18 a 25 anos e de 30 à 55 anos, as faixas etárias com menor participação foram as de 25 à 35 e 55 ou mais anos. Este fato pode ter ocorrido devido a população de 55 anos ou mais, ainda não estar habituada com os meios de veiculação de internet e seus aplicativos, o que dificulta a realização dos questionários.

Os bairros que são atendidos pelo programa obtiveram uma participação de 26%, sendo que a maior porcentagem foi do bairro Vila Rica, com cerca de 17,4%. As demais respostas foram de munícipes pertencentes a outros bairros da cidade, contabilizando 73,9% das respostas. Os entrevistados dos bairros pertencentes ao projeto, possuíam idade entre 18 à 25 anos (50%), 25 a 45 anos (33%) e 55 anos ou mais (17%). Além disso, obtivemos também uma margem de 83% de pessoas que conheciam e que o consideravam programa de alta importância. Ao total contabilizando os bairros que não participam, 56,5% dos entrevistados conhecem o programa e 82,6% consideram-o de elevada importância. Logo, apesar de a maioria dos participantes não estarem incluídos nos bairros atendidos, os munícipes consideram a atitude extremamente relevante para o cenário do município.

Referente ao ciclo do programa, que abrange a troca de resíduos e a troca do “Pila Verde” por produtos, a maioria dos respondentes elencaram que os motivos que os levam a participar do projeto (Figura 1) são a troca do resíduo orgânico por produtos e ajudar o meio ambiente.

Figura SEQ Figura * ARABIC 1: Respostas dos entrevistados quando perguntados sobre os motivos que os levam a participar do programa



Sendo que, 60,9% dos participantes responderam que o motivo principal é o descarte correto do resíduo orgânico. E 50% dos atendidos responderam que participam do programa e realizam a troca de resíduos pelo “pila verde”. Entretanto, como a quantidade de entrevistados dos bairros abrangentes do projeto tem sido baixa, os resultados podem ter sido afetados devido à pequena quantidade da amostra. Além disso, o projeto ainda está em fase inicial de execução, completando apenas 1 ano desde sua implementação.

Os participantes quando perguntados sobre a adesão de seus bairros ao programa, responderam em totalidade que gostariam. Por fim, 100% dos entrevistados consideram o programa de grande relevância para o desenvolvimento do município.

4. CONCLUSÕES

Através do estudo de caso, podemos observar a importância do projeto “Pila Verde” aos bairros abrangidos e o grande impacto positivo que essa ação trouxe aos habitantes. A troca do resíduo orgânico além de desenvolver a prática sustentável, integra os munícipes da área urbana com a área rural. Os motivos dos contribuintes para a participação do programa, mostra que a preocupação com o meio ambiente é extremamente relevante.

5. AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Prefeitura Municipal de Santiago-RS, pelas informações fornecidas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTIAGO-RS. **Projeto de Lei N° 020/2020 de 03 de agosto De 2020**. PILA VERDE, 2020. Disponível em:

<<http://camaradesantiago.rs.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/020-PLei-PILA-VERDE.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2021.

COSTA, B.A.L. & DE JESUS, P., A Economia Solidária no Brasil: uma trajetória de conformação enquanto movimento social?. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 241-264, 26 out. 2017.

OLIVEIRA, E. G.; BENINI, E. G.; ESTIVAL, K. S. G.; NEMIROVSKY, G. G.; NASCIMENTO, D. F. do. Moedas Sociais e Suas Contribuições em Comunidades Economicamente Precarizadas: Um Estudo Exploratório da Experiência do Projeto Pet Mania em Campo Grande – MS. **Desenvolvimento em Questão**, Unijuí. 2018. <<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.43.453-486>>.

SECRETARIA DO TRABALHO (org). **Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (PPA 2012/2015)**. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/trabalhador/economia-solidaria/programa-de-desenvolvimento-regional-territorial-sustentavel-e-economia-solidaria-ppa-2012-2015>>. Acesso em: 5 maio 2021.

SINGER, P., **Economia Solidária: Caderno Pedagógico Educandas e Educandos**. Brasília - DF: e.4, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6013-caderno4-educando-economia-solidaria&Itemid=30192>. Acesso em: 5 maio 2021.

ZANELLA, L.& HERMES, C. **Metodologia de pesquisa**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, e.2, p. 134, 2013. Disponível em: <http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf>. Acessado em: 5 maio 2021. ISBN: 978-85-7988-111-3